



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 01 /21**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 27 DE  
FEVEREIRO DE 2021**

Aos vinte sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Alcochete e Fórum Cultural de Alcochete, pelas 14:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pelo Partido Socialista:*

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro e Ricardo Alexandre Gomes Loureiro e Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira.

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Miriam Pires Boieiro, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Rodolfo Soares Marques Pereira, Susana Isabel Marques Pereira Maia e Álvaro Jacinto Costa.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e Alexandra Isabel da Silva Brás.

*Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:*

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da junta de freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

Henrique de Meneses Infante da Câmara, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Rui Manuel da Graça Santa. (Documento anexo à Minuta das Ata)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo de ordem pessoal, tendo sido substituída por Sérgio Miguel Pratas Duarte. (Documento anexo à Minuta das Ata)

- Maria de Fátima Lima Vieira, por motivo de ordem pessoal, tendo sido substituída por Luís Miguel Cesário. (Documento anexo à Minuta das Ata)

- Bruno José Pereira Soares, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Diogo da Silva Mourão. (Documento anexo à Minuta das Ata)

- Ana Mafalda Boieiro Marques, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por David Pereira Tavares. (Documento anexo à Minuta das Ata)

- Luiz Branco Batista.

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, Jorge Manuel Pereira Giro e Estêvão António das Neves Boieiro.

Não compareceu o vereador Pedro Miguel Abreu Louro.

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:**

- *Ana Lúcia Maduro:*

Solicitou um ponto de situação face à pandemia no concelho e questionou se já teve início o processo de vacinação no concelho.

- *Alexandre Gonçalves:*

Questionou sobre a recetividade da população de Alcochete à vacinação para o Covid 19 e solicitou informação relativamente às seguintes obras:

- Requalificação do Mercado Municipal;
- Miradouro “Amália Rodrigues”.

- *Miriam Boieiro:*

Em relação à Escola do Valbom, elencou as seguintes questões:

- Tomou conhecimento que no dia 25, a firma *Altice*, se deslocou à escola para fazer a ligação telefónica e de internet que até então não estava disponível em virtude da impossibilidade de a escola ter a funcionar em simultâneo as linhas. Na sua opinião trata-se de uma situação insólita dada a requalificação recente do espaço, pelo que questionou a situação?
- No pavimento exterior (já reportado) soltam-se pequenas pedras que danificam o vestuário e calçado das crianças para além de danificar o piso interior do pavimento e apesar de saber que o mesmo já foi reparado, o problema mantém-se, pelo que questionou até quando se manterá a situação?
- Colocação de um corrimão nas escadas de acesso junto ao portão (dado o piso ser escorregadio quando chove) que, apesar de já ter sido solicitado ainda não foram colocados.
- A caixa de areia do pré-escolar serve de WC aos gatos (dada a proximidade de um gatil) e em face disso, questionou se está prevista a saída do gatil daquele espaço ou se o executivo tem outra solução;
- Inexistência de mobiliário suficiente na sala de pré-escolar e nas salas de ensino para arrumação de material didático e outros materiais, apesar de a Associação de Pais tentar minimizar adquirindo mobiliário (mas insuficiente), pelo que questionou quando é que o executivo procederá à sua aquisição?

- Quanto à limpeza, tem a indicação que já foram solicitados dois aspiradores industriais, carrinhos para transporte de materiais e ainda um escadote (pedido desde o ano anterior) mas ainda nada foi entregue, pelo que questionou para quando está prevista a sua entrega?
- O ar condicionado não estava a trabalhar porque segundo informação o quadro elétrico desligava após a sua ligação, mas agora que já funciona, questionou se já foram feitos todos os testes para que as crianças possam voltar à escola sem problemas.
- Questionou de a cozinha estará a funcionar em pleno após o regresso às aulas.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, Francisco Maria Viseu Gomes da Silva apresentou uma declaração/protesto sobre a realização da sessão da assembleia municipal e de seguida ausentou-se desta, como forma de protesto.

### **Ao abrigo do mesmo preceito regimental, registaram-se as seguintes intervenções:**

- Presidente da assembleia:

Em resposta ao deputado Francisco Silva, frisou que: “É tudo muito bonito, o que o senhor disse é muito giro, mas na prática os senhores (PSD) não fazem nada daquilo que dizem”. Quando discursam deveriam saber a realidade das coisas. As sessões da assembleia não foram suspensas, pelo contrário, têm que se realizar e antes da sua marcação questionou os serviços jurídicos da autarquia sobre o assunto. Também questionou o presidente da câmara sobre a hipótese de transmitir *on-line* as sessões, mas este informou que não havia condições para a sua execução. Em face disto, apenas lhe restava fazer a sessão de forma presencial, tal como constatado.

Entende que a postura dos senhores do PSD é de uma grande falta de respeito por todos os outros elementos presentes, dado que os acusam de irresponsáveis por fazerem o que não deviam.

Salientou que na presente semana, no portal de Facebook do PSD consta a seguinte convocatória: Marcação de uma reunião da concelhia no dia 22 (há poucos dias), pelas 21:00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos (...) e a terminar, informava que quem não pudesse aceder por via digital, poderá deslocar-se à sede do PSD”, quando os números sobre Covid eram piores (indicou alguns) e isto traduz bem a demagogia das palavras, agravado pelo facto de exigirem o que tecnicamente não é possível.

O deputado Francisco Silva abandona a sessão dizendo que a realização da sessão se trata de uma falta de respeito pelos portugueses, mas o que é grave é o desrespeito por todos (incluindo quem votou no PSD) ao abandonar a sessão.

- Diogo Mourão:

Solicitou um ponto de situação, a nível jurídico, relativamente às obras do Miradouro “Amália Rodrigues”.

Questionou se está a ser cumprido o prazo de entrega dos relatórios de execução com as juntas de freguesia?

- Presidente da câmara:

Em relação à situação epidemiológica à data do dia anterior, informou que o concelho tem 1 310 casos acumulados; 41 ativos e 1247 casos recuperados e 22 óbitos.

Face aos dados solicitou a todos que cumpram as regras orientadoras da DGS apesar de os números se cifrarem nos mais baixos do município, isso não deve ser sinónimo de alívio das mesmas.

Esclareceu ainda, que os surtos registados nas estruturas residenciais para idosos estão ultrapassados e foram vacinados 245 pessoas entre utentes e funcionários e 161 na segunda fase, registando-se, contudo, nove óbitos. Nos bombeiros voluntários de Alcochete, num total de 65, já foram vacinados 32 e os restantes serão vacinados de acordo com as regras de vacinação implementadas.

De seguida, esclareceu todos os contactos e logística necessária, para que a vacinação para o *Covid 19* de toda a população do concelho de Alcochete ficasse sediada no pavilhão desportivo do Samouco, contrariando o que inicialmente estava previsto e que seria no pavilhão do Esteval no Montijo. O pavilhão do Samouco foi a estrutura que oferecia melhores condições de segurança, tranquilidade e comodidade para um ato desta natureza.

Para isso, também foram desenvolvidos contactos com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete no sentido de ser assegurado o transporte de quem dele necessitasse para a sua deslocação.

O trabalho exigido é moroso e muito burocrático, pelo que publicamente agradeceu a todos os agentes de Saúde e profissionais do Centro de Saúde Alcochete e à sua extensão no Samouco (enfermeiros e administrativos bem como aos médicos que em parceria direta com o município desenvolvem um trabalho de grande relevância para se poder enfrentar o ano de 2021 mais confiantes e mais seguros).

Agradeceu também à equipa de Ação Social que muitas vezes se substitui aos próprios agentes de saúde no que diz respeito à parte administrativa, desenvolvendo trabalho para que todos possam ser recebidos com a maior dignidade e as melhores condições no centro de vacinação.

Agradeceu ainda aos trabalhadores da câmara, da logística aos transportes bem como a todos os que de uma forma direta ou indireta estiveram envolvidos (e foram muitos) na criação do centro de vacinação, salientando o trabalho da equipa da limpeza em permanência, que cumpre escrupulosamente as regras e normas implementadas, acompanhando cada pessoa que se levante para proceder à desinfeção do lugar, ficando dessa forma operacional para o munícipe seguinte.

Endereçou um abraço a duas pessoas muito importantes neste processo: a Dr.<sup>a</sup> Lina Guarda, enquanto representante da Autoridade de Saúde Local e ao coordenador do Serviço de Proteção Civil, engenheiro João Marques.

No sentido de fazer parte da solução, o executivo já fez contactos, assegurando por isso, uma bolsa de 16 enfermeiros caso venha a ser necessário proceder ao ato de vacinação em massa.

Em resposta ao deputado Alexandre Gonçalves, informou que tem havido alguma recusa na vacinação, mas sem dimensão preocupante.

De seguida usou da palavra o vereador Pedro Lavrado (com autorização dos presidentes da câmara e da assembleia municipal, o qual informou que as obras do Mercado Municipal já tiveram início e que está previsto que na próxima semana seja feita a passagem dos comerciantes para uma loja situada na rua do Forno - Alcochete.

Em relação à escola do Valbom, de facto, a escola já tinha uma linha analógica e foi preparada para ter uma rede informática e internet. Acontece, porém, que o Agrupamento de Escolas fez um contrato de telefone e internet com uma linha RDIS que não é analógica, não questionando o que existia. A linha RDIS funciona através de IP e de momento só existe um IP escola, originando por isso um conflito entre a internet e a central telefónica, porque utilizam os dois o mesmo IP. Em face disso, torna-se necessário adquirir um equipamento com 2 IP. O operador já se deslocou à escola e a situação está a ser resolvida.

Quanto ao pavimento exterior da escola esclareceu que foi aplicado o que estava previsto em projeto, mas na sua opinião e na de outros técnicos não é o indicado. No início da obra foi reportado à arquiteta projetista, mas a mesma não foi recetiva à questão e manteve o piso aprovado no projeto. Contudo, conscientes do problema, em conjunto com a empresa instaladora, estão a tentar resolver problema com um produto que agarre mais as pedras, que embora não seja o ideal será o mais possível.

Já foi instalado um corrimão no local necessário e em relação ao gatil explicou que o gatil foi colocado para tentar controlar a colónia de gatos ali existente. A caixa de areia encontra-se no vértice oposto ao do gatil, pelo que não lhe parece que seja por causa disso que a caixa se4ja suja. Trata-se de um problema que acontece com todas as caixas de areia das escolas e por isso é que esta deve ser mudada com frequência. Mesmo que se retirasse o gatil, os gatos continuariam a andar por ali, por se tratar do seu *habitat*.

Relativamente ao ar condicionado a empresa está a proceder aos trabalhos de manutenção com o arranque das máquinas e limpeza das condutas.

De seguida, fez o ponto de situação jurídico da obra do Miradouro “Amália Rodrigues”, dizendo: No dia 28 de agosto de 2019, foi aprovado e reunião de câmara e por unanimidade, a rescisão do contrato da empreitada devido ao incumprimento do prazo previsto no contrato e foram aplicadas as coimas previstas no valor de cerca de sessenta e oito mil euros. Na sequência desta decisão, o empreiteiro instaurou uma ação judicial juntamente com uma providência cautelar, que visava a impugnação o ato administrativo da rescisão de contrato. A providência cautelar suspendia todos e quaisquer atos relacionados com o processo.

Em sede própria, o município alegou o interesse público de concussão da obra para que fosse levantada a providência cautelar, o que veio a acontecer no final de 2020, permitindo assim, o início do novo procedimento concursal.

Em janeiro último foi conhecida a sentença do Tribunal Cívico de Almada de Lisboa que julgou a ação improcedente e em consequência absolve o município do pedido de

anulação do pedido de resolução do contrato de empreitada, a firma não recorreu da sentença e a mesma transitou em julgado em 8 de janeiro.

A nova empreitada foi adjudicada por cerca de 405 mil euros, através de concurso público. Trata-se de uma obra com enorme complexidade técnica devido à quantidade e peso das pedras, que leva a que o ritmo não seja o mais desejável. A obra é acompanhada pelo prof. Sidónio Pardal o qual tem estado presente (por 2 vezes e uma delas acompanhado pelo vereador).

- Vereador Vasco Pinto:

Com autorização dos presidentes da câmara e da assembleia, salientou que o problema dos gatos errantes não se resolve de um momento para o outro. No concelho existem mais de 30 colónias, correspondendo a cerca de 500 animais, pelo que se torna necessário encontrar um equilíbrio entre as pessoas que são mais sensíveis a estas causas, tendo sempre em vista a saúde pública. Os abrigos são instalados onde existem as colónias, para no fundo, utilizar os hábitos dos animais ara que permitam que se chegue mais próximo para poder fazer a captura e esterilização e devolução ao seu habitat. Está a ser estudada a deslocação desta colónia, que terá que ser nas proximidades, permitindo que os animais sejam acompanhados e tenham os seus cuidadores que tenham como missão alimentá-los e estes são muito zelosos e respeitadores daquilo que são as regras do programa.

Trata-se de felinos, que têm um grande poder de orientação e poderão por isso voltar ao espaço.

- Vereadora Fátima Soares:

Com autorização dos presidentes da câmara e da assembleia, informou que as questões apresentadas pela deputada Miriam Boieiro já tinham sido reportadas pela Associação de Pais (em sede de reunião realizada em novembro) e pela coordenadora do estabelecimento sendo que algumas questões já estão ultrapassadas, como é o caso dos armários, do ar condicionado, da cozinha. Outros materiais estão encomendados.

O constrangimento com os gatos já tem muitos anos, inclusive na escola do Monte Novo e na escola da Restauração. A opção tomada foi a de colocar sensores junto às caixas de areia para afastar os animais.

Considerou que em tempo de pandemia, há sempre coisas que falham, mas é necessário resolvê-las com bom senso.

- Presidente da assembleia:

Informou que apenas foi recebido o relatório da Junta de Freguesia de S. Francisco e lembrou que é à assembleia municipal que cumpre verificar a sua aplicação.

- Natacha Patinha:

Estranhou o facto de os relatórios da Junta de Freguesia de Alcochete não terem sido recebidos e solicitou que o presidente averiguasse junto dos serviços camarários.

- Presidente da assembleia:

Esclareceu que ele é que estranha não ter recebido o relatório. Todos os outros foram recebidos à exceção do último. A Junta de Freguesia de Samouco tem um prazo mais dilatado para proceder à sua entrega.

- Rodolfo Pereira:

Relativamente à vacinação, colocou as seguintes questões:

- Dificuldade em as pessoas residentes nas zonas rurais chegarem ao pavilhão do Samouco;
- Qual é o laboratório que fornece a vacina?
- Como está a ser programada a 2.<sup>a</sup> aplicação?
- Quem testou positivo terá que levar a 2.<sup>a</sup> dose?
- Das 480 vacinas administradas, quais foram os critérios adotados?
- A bolsa de 16 enfermeiros é por voluntariado ou ao abrigo de protocolo estabelecido ou apenas por acordos verbais. Esta bolsa terá algum custo para a autarquia?

- Presidente da câmara:

Em resposta ao deputado Rodolfo Pereira, informou que o Centro de Vacinação do Samouco está perfeitamente identificado, nas entradas da localidade e de acordo com o que referiu anteriormente, a câmara tem articulação com os bombeiros de Alcochete para assegurar o transporte de quem necessitar através das viaturas de doentes não urgentes.

As vacinas administradas não são da competência da câmara, mas sabe que são da *Astrazeneca* e da *Pfizer* e a sua aplicação será feita de acordo com as regras da DGS (quanto à idade e tempos de intervalo entre doses).

Quanto à bolsa de enfermeiros, esclareceu que será a câmara a suportar os custos, contudo, ainda não foi necessário ativar, sendo apenas uma medida de precaução.

- Ana Lúcia Maduro:

Questionou como decorreu o rastreio realizado pela Liga Portuguesa contra o Cancro da Mama e qual a aderência à candidatura ao programa de participação de medicamentos, já aprovado na assembleia municipal?

- Vereadora Fátima Soares:

Com autorização dos presidentes da câmara e da assembleia, informou que o rastreio terminou no dia 19 de fevereiro e foi feito numa unidade móvel situada no Centro de Saúde de Alcochete. Foram convidadas 1286 mulheres, com idade entre os 50 e os 59 anos, tendo comparecido 414, cerca de 32%. Destas, 8 tiveram leitura positiva e foram convidadas para consulta de aferição em Lisboa; 3 foram encaminhadas para tratamento hospitalar e outras 5 aguardam resultados de exames complementares.

Considerou que o rastreio é essencial para salvar vidas, mas talvez devido ao confinamento, não teve a aderência esperada. Em 2022 voltará a ser feito o rastreio e espera-se que o mesmo venha a ter uma maior afluência.

Informou ainda, que a candidatura ao programa de participação de medicamentos aos idosos, termina no dia 30 de março.



**Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:**

-Alexandra Isabel da Silva Brás, em nome do CDS-PP, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de “Ti Tonho Manso” – figura da cultura popular de Alcochete. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Lúcia Maduro, apresentou em nome do PS um Voto de Pesar pelo falecimento de António Manso. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetidos à discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e foi cumprido um minuto de silêncio.

- Diogo da Silva Mourão, apresentou em nome do PS, uma proposta de moção sobre “Á Península de Setúbal o que é devido”. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Pedro Ferreira:

Afirmou que talvez pela sua experiência profissional, esta é uma questão que o tem tocado muito ao longo dos anos. Nunca entendeu porque é que a região de Lisboa é tratada por igual, porque os dois lados são muito diferentes e parecia que tudo estava encaminhado para que se fizesse diferença das NUTS, o que é muito importante.

Alcochete deve pugnar para que de uma vez por todas possa alcançar melhores fundos comunitários, com melhores percentagens para que os projetos possam vingar. O Governo também terá que fazer pressão (porque decide) para que a região de Setúbal possa estar inserida numa NUT diferente da região de Lisboa.

Questionou o deputado Diogo Mourão se o problema estava ou não nas NUT. Caso não esteja, então dever-se-á pensar de outra forma, para se poder almejar outro tipo de projetos.

- Diogo Mourão:

Respondeu que o problema principal é a NUT, contudo, poderão estar demasiado focados na NUT por ser o que existia antes. A NUT é de 2013 e foi aplicada em 2015 e por isso, a moção é no sentido de apelar à reconstrução da NUT mas ao mesmo tempo explorar outros caminhos que possam existir.

- Presidente da assembleia:

Afirmou que a moção pretende esclarecer é se a saída de uma NUT e entrada noutra traz algum benefício, dado que sobretudo interessa saber é se as NUT são financiadas de acordo com o rendimento “per capita” do pacote das pessoas que pertencem à NUT.

- Pedro Ferreira:

Entende que se Alcochete deixar de pertencer à NUT de Lisboa, ser-lhe-á permitido aceder a fundos comunitários para outro tipo de projetos, por isso muda logo tudo, senão não faria sentido a luta que se trava. A imaginação para chegar a outro tipo de fundos comunitários é outra coisa, mas não concorda continuar com a justificação “já

estava assim”. A NUT deve ser mudada e também com a pressão do Governo e com o apoio dos autarcas da região de Setúbal.

- Álvaro Costa:

Trata-se de uma luta antiga e é verdade que as assimetrias existem na AML. As NUT eram um instrumento de trabalho capacitado para poder reduzir essas mesmas assimetrias e ao longo dos anos e dos diversos Governos que foram passando, isto nunca foi tido em atenção nem nenhum esforço para que as assimetrias fossem diminuindo ou extinguindo. Tal como o deputado Pedro ferreira afirmou, ao longo dos anos, o distrito de Setúbal tem sido sempre prejudicado.

Referiu ainda que outra questão importante é o Plano de Resiliência que foi elaborado e que deveria estar focado em também determinar que as assimetrias não seriam condicionantes num futuro próximo, nem longínquo. Trata-se de um Plano com imensas deficiências e foi elaborado de acordo com a necessidade de satisfazer a questão do parlamento, mas não cuidou dos interesses do país e das regiões.

A moção apresentada não vai ao cerne da questão e não aponta o que é necessário fazer. Deveria ser mais objetiva e tendo em conta a realidade que se constata.

- Presidente da assembleia:

A moção apresentada nada tem a ver com o Plano de Resiliência, mas sim com a criação da NUT, embora o Plano seja uma ferramenta que Alcochete poderá aproveitar. Também diz que a NUT deve ser criada e que previamente, junto da União Europeia seja visto se ela trará algo de positivo para Alcochete, porque se não trouxer...

Quem decide as participações não é o Estado Português, mas sim a União Europeia e decide com base em rendimentos “per capita” das zonas, pelo que é preciso cuidado quando se diz que se quer criar uma NUT porque pode ter efeito nulo e não é isso que se pretende.

- Pedro Ferreira:

Realçou que a senhora Ministra assumiu na própria Assembleia da República que iria reverter esta situação, logo é porque algo está mal, caso contrário anda a fazer “bluf”. Ninguém deve estar a fazer pressão sobre uma coisa só porque lhe apetece e não percebe como é que não entendem que o problema está mesmo na NUT.

- Presidente da assembleia:

O cálculo para a região é feito pelo rendimento “per capita” independentemente da região e por isso há 3 regiões que são pouco participadas: Lisboa, Algarve e Madeira. Não é por se criar mais uma NUT que se irá ter mais benefícios.

- Alexandre Gonçalves:

Referiu que este tema tem tido supostos avanços seguidos de recuos e contradições por parte da senhora Ministra, que leva a concluir que no fundo não há vontade política para o resolver.

A moção não é clara na sua intenção, apesar de todas as explicações já dadas, quer pelo deputado Pedro Ferreira quer pelo presidente da assembleia. Olhando para o texto, parece que quer atingir o bem para a península de Setúbal e em particular para

Alcochete, mas ao mesmo tempo tenta não ferir suscetibilidades naquilo que é do Governo.

Mais disse, que o CDS se iria abster nesta votação.

Submetida à votação, foi aprovado por maioria, com 13 abstenções da CDU e CDS-PP e 9 votos a favor do PS.

- Miriam Boieiro, apresentou em nome da CDU, uma proposta de moção sobre “Dia Internacional da Mulher.

Submetido à discussão e votação foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Carla Pereira, apresentou em nome do PS, um Voto de Louvor às “Coletividades do Concelho”. (Documento anexo à Minuta das Ata)

Submetido à discussão e votação foi aprovado por unanimidade.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

De seguida o presidente da assembleia propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A assembleia tomou conhecimento.

#### **PONTO 2. INTEGRAÇÃO DO SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO DE 2020:**

- Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa de 2020
- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) de 2021

Submetida à discussão registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Referiu que a proposta apresentada é elucidativa e objetiva e divide-se em dois itens que acabam por ter uma ligação comum.

Em relação ao ano de 2019/2020 foi apurado um saldo orçamental de gerência de €8 595 809,03 que resultou naquilo que seria o saldo de gerência para o ano findo (2020). Este valor incluía (tal como agora acontece no saldo para a gerência seguinte) o valor dos saldos consignados, ou seja, das respetivas garantias bancárias.

Para apreciação está também o total das receitas orçamentais e o total das despesas orçamentais, sendo a primeira de €17 342 748,09 e a segunda de €20 938 237,63.

Por força da pandemia, aproveitaram a oportunidade que o estado proporcionou, podendo implementar o saldo de gerência mais cedo do que é habitual e fora do Relatório de Contas que normalmente está presente na sessão de abril.

O valor apurado para implementar como saldo de gerência do presente ano é de €5 319,49 que já inclui €1 270 789,49 do saldo de gerência orçamental do total consignado.

Quanto à 1.<sup>a</sup> Revisão ao orçamento da receita e da despesa e aos GOP, dirão alguns deputados que os valores de maior relevância se prendem com questões de iluminação pública, contribuições para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, para a AML, AMRS, SIMARSUL e AMARSUL. A explicação para isto foi dada aquando da apresentação e aprovação do orçamento para o ano de 2021 porque, como algumas bancadas também entenderam, é que se trata de anos completamente atípicos quanto àquilo que é a normalidade do orçamento e a sua execução, pelo que tiveram que usar de precaução para deixar espaços vazios no orçamento e que contando naturalmente com a implementação do saldo de gerência poderiam reforçar, para assumir aquilo que no fundo é um compromisso generalizado para o ano em questão, de acordo com alguns exemplos que de seguida indicou, tal como o facto de estar em orçamento uma verba para requalificação da rede viária, que no entanto, se tiver que deixar uma boa parte desse valor para trás a favor do que é a maior preocupação do executivo, que são as pessoas, não hesitarão um instante em fazê-lo.

A finalizar, salientou que prefere perder um voto a perder uma vida humana. Fazem política para as pessoas e não com as pessoas.

- Álvaro Costa:

Fez uma apreciação política à intervenção do presidente da câmara (que assentou num documento obrigatório). Na sua opinião e por se estar a seis meses das eleições, o presidente fez propaganda eleitoral, apesar de um pouco demagógica. Provavelmente irá ser candidato do PS e nessa base, aproveitando uma sessão pública da assembleia, explanou de uma forma claramente política o documento apresentado.

- Presidente da câmara:

Em resposta ao deputado, afirmou que até ao dia da eleição será sempre o Fernando Pinto, presidente da câmara.

Submetida à votação foi aprovada por maioria com 12 votos a favor do PS e CDS-PP e 10 abstenções da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

**PONTO 3 – CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DA PARCELA DOMINIAL SITA NA AVENIDA D. MANUEL I, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE E A ALCACHE-BAR-HOTELEIROS, LD.<sup>a</sup> RELATIVA AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2021**

Submetida a proposta à discussão, o presidente da câmara afirmou que a proposta é um exemplo das múltiplas medidas de apoio que foram tomadas e pelas suas características jurídicas deverá ser aprovada na assembleia municipal. Provavelmente esta e outras propostas voltarão a ser submetidas à assembleia enquanto perdurarem as dificuldades acrescidas por força da pandemia que se vive.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

**PONTO 4 – REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCOCHETE**

Submetida à discussão registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereadora Fátima Santos:

Com autorização dos presidentes da câmara e da assembleia, explicou que o regimento vem no encadeamento da aceitação de transferência de competências nesta área e informou quais as entidades que integram o conselho, bem como as suas competências.

- Rodolfo Pereira:

Sugeri uma contraproposta à alínea b) (representante da assembleia) contudo a vereadora Maria de Fátima Soares, esclareceu que tal não poderia avançar, dado que a composição do Conselho Municipal de Saúde é definida por diploma legal.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Rodolfo Pereira fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida á discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 18:30 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente minuta da ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,